

POR UM NOVO PLANO MARSHALL

Por Wassily Leontief (transcrito do N.Y. Times)

Os bancos privados já indicaram o caminho. Os governos das democracias ricas deveriam seguir o caminho, entrando onde os bancos deixaram de continuar fornecendo empréstimos e ajudas ao mundo em desenvolvimento.

Há 64 anos atrás, John Maynard Keynes, que ainda não tinha atingido a fama mundial, mas que já era uma estrela em ascensão dentro do Tesouro, renunciou a seu posto na delegação britânica que, juntamente com representantes dos demais países aliados vencedores, estava em vias de impor à Alemanha derrotada aquilo que posteriormente se tornou conhecido como o Tratado de Versalhes. Keynes renunciou a seu posto, como explicou em "As Consequências Econômicas da Paz", por estar convencido de que as pesadas condições de reparação impostas ao antigo inimigo não poderiam ser cobradas — a não ser que o mundo estivesse preparado para ver um colapso total da economia alemã. Seus avisos não foram ouvidos, a economia alemã entrou em colapso, o desemprego atingiu proporções catastróficas. O Plano Davis foi proposto para remediar a situação. Mas já era tarde demais. Os nacional-socialistas ganharam as eleições de 1933, Hitler subiu ao poder e alguns anos mais tarde irrompeu a Segunda Guerra Mundial.

Há dez anos atrás, quando a assim chamada questão Norte-Sul entrou em pauta, as Nações Unidas encomendaram um estudo independente destinado a explorar a quantidade de assistência que os países pobres e menos desenvolvidos necessitariam para acelerar o suficiente o seu crescimento econômico para poderem dominar em 50% a diferença entre a renda média per capita desses países e a renda média per capita dos países ricos e industrializados até o ano 2000. Após três anos de pesquisas intensas, o grupo de estudo produziu duas projeções alternativas.

A primeira projeção, baseada na premissa pessimista de que os países com baixa renda receberiam aproximadamente tanta ajuda de desenvolvimento quanto a recebi-

da no passado — ou seja, muito pouco —, demonstrava que a diferença não iria diminuir; pelo contrário, que provavelmente iria aumentar ainda mais. A segunda projeção partia da premissa otimista — algumas pessoas preferiram chamá-la de pouco realista — de que os países industrializados estariam preparados a fornecer toda a assistência ao desenvolvimento que seria necessária para atingir a ambiciosa meta estabelecida pelas Nações Unidas.

Para grande surpresa dos autores do relatório, muitos dos países menos desenvolvidos deslancharam rapidamente e, durante uma série de anos, conseguiram manter um índice de crescimento econômico muito mais elevado do que o da previsão pessimista — e, em alguns casos, ultrapassando até mesmo a projeção mais otimista. Como foi que isto pôde acontecer? Grandes bancos norte-americanos, europeus e japoneses — impelidos por saudáveis motivos de lucros e com os seus cofres abarrotados com dinheiro árabe conseguido com a venda do petróleo — abriram suas contas e emprestaram aos países menos desenvolvidos todo o dinheiro que estes podiam utilizar em investimentos produtivos.

As taxas de juros sobre estes empréstimos dos bancos privados, naturalmente, eram muito mais elevadas do que as que teriam de ser pagas por uma assistência ao desenvolvimento sob um programa governamental nos moldes do Plano Marshall. Durante vários anos, os pagamentos dos juros foram adiados, ao mesmo tempo que os países em desenvolvimento contraíam novos empréstimos. Suas dívidas cresciam como uma bola de neve — e há dois anos a crise inevitável acabou ocorrendo.

Começaram então prolongadas e dolorosas negociações entre os credores e os devedores. No caso de pelo menos um país — o Brasil — o acordo conseguido impõe à economia devedora restrições e condições quase tão severas quanto as impostas à economia alemã por ocasião da reunião em Versalhes. Carlos Geraldo Langoni, diretor do Banco Central Brasileiro, abandonou o seu

cargo este mês, exatamente como foi feito há bastante tempo por Keynes, por estar convencido de que os efeitos sociais e políticos neste caso acabarão sendo igualmente desastrosos. Os custos com os quais o cidadão norte-americano normal, que paga normalmente os seus impostos, arca constantemente, deverão aumentar consideravelmente para incentivar os países "autoritários" amigos e para combater os regimes "totalitários" hostis no Terceiro Mundo. Estes custos, aliás, deverão aumentar de forma realmente dramática.

No entanto, existe uma outra saída. Em vez de se censurar os bancos e de forçar os países menos desenvolvidos a abandonar o rápido crescimento econômico, retornando à miséria econômica e ampliando-se os conflitos sociais e políticos, as democracias ocidentais deveriam ajudar os bancos e os seus clientes a continuarem com o trabalho iniciado. Os Estados Unidos e os demais governos democráticos deveriam suplementar e encorajar as ações privadas, inaugurando um Plano Marshall de amplitude mundial, postergado há tanto tempo. Ele poderia combinar uma garantia em relação a antigos empréstimos bancários e também a novos empréstimos — desde que as taxas de juros fossem devidamente reduzidas — com uma substancial assistência direta a áreas particularmente pobres.

As democracias ricas certamente são capazes de encontrar os meios necessários para ajudar. Os pagamentos anuais de juros devidos por todos os países do Terceiro Mundo efetuados em 1982 atingiram um total de aproximadamente 27 bilhões de dólares. Compare-se este número com o total de gastos militares dos países livres e avançados do mundo, que chegou a ser, neste mesmo ano, de aproximadamente 400 bilhões de dólares. Os números são capazes de falar por si mesmos.

O autor do artigo, Wassily Leontief, ganhou o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em 1973, e é atualmente diretor do Instituto de Análise Econômica da Universidade de Nova York.